

CIBEC/INEP



B0029135

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

Desenvolvimento
Profissional de
Professores II -

Desafios e Respostas

Ministério da Educação

F
37.014"1995-2002"
B823pdp

Brasília - DEZ/2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Desenvolvimento Profissional de Professores II - Desafios e Respostas

	Apresentação.....	4
	Formação de Professores no Brasil, 1995-2002.....	6
	Desafios e Respostas.....	10
I.	O Desafio dos Leigos.....	11
	Nossa Resposta - Proformação.....	11
	<i>Objetivos do Proformação.....</i>	<i>12</i>
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	<i>12</i>
	<i>Desenho do Proformação.....</i>	<i>12</i>
	<i>Números do Proformação.....</i>	<i>13</i>
	<i>Avaliações do Proformação.....</i>	<i>13</i>
II.	O Desafio da Aprendizagem.....	16
	Nossa Resposta - Parâmetros em Ação.....	16
	<i>Objetivos do Programa.....</i>	<i>17</i>
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	<i>17</i>
	<i>Desenho do Parâmetros em Ação.....</i>	<i>18</i>
	<i>Números do Parâmetros em Ação.....</i>	<i>18</i>
III.	O Desafio do Meio Ambiente.....	19
	Nossa Resposta - Parâmetros em Ação e o Meio Ambiente na Escola.....	19
	<i>Objetivos.....</i>	<i>19</i>
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	<i>20</i>
	<i>Desenho do Programa.....</i>	<i>21</i>
	<i>Números do Parâmetros em Ação, Educação Ambiental.....</i>	<i>21</i>
IV.	O Desafio da Educação Indígena.....	22
	Nossa Resposta - Parâmetros em Ação, Educação Indígena.....	22
V.	O Desafio da Alfabetização.....	23
	Nossa Resposta - PROFA.....	23
	<i>Objetivos do PROFA.....</i>	<i>23</i>
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	<i>23</i>
	<i>Desenho do PROFA.....</i>	<i>24</i>
	<i>Números do PROFA.....</i>	<i>25</i>

VI.	O Desafio do Ensino Médio.....	26
	Nossa Resposta - Apoio aos Professores do E.M.....	27
	<i>Desenho das Ações.....</i>	28
	<i>Difusão.....</i>	28
	<i>Apropriação inicial.....</i>	28
	<i>Formação-continuada.....</i>	29
	<i>Capacitação.....</i>	29
	<i>Ampliação cultural.....</i>	30
	<i>Números do Ensino Médio.....</i>	30
VII.	O Desafio das Desigualdades Regionais.....	31
	Nossa Resposta - Fundescola.....	31
	<i>Objetivos do Fundescola.....</i>	31
	<i>Principais Ações do Fundescola.....</i>	32
	<i>PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola.....</i>	32
	<i>Números do PDE - 1998/2001.....</i>	32
	<i>Avaliações do PDE.....</i>	32
	<i>Escola Ativa.....</i>	33
	<i>Números da Escola Ativa.....</i>	33
	<i>Avaliações da Escola Ativa.....</i>	33
	<i>Gestar - Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar.....</i>	34
	<i>Números do Gestar.....</i>	34
	<i>Resultados do Gestar.....</i>	34
VIII.	O Desafio das Novas Tecnologias.....	35
	Nossa Resposta - TV Escola.....	35
	<i>Objetivos da TV Escola.....</i>	36
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	36
	<i>Desenho do TV Escola.....</i>	36
	<i>Números do TV Escola.....</i>	37
	<i>Avaliações da TV Escola.....</i>	37
IX.	O Desafio da Informática.....	38
	Nossa Resposta -	ProInfo.....
	<i>Objetivos do</i>	<i>ProInfo.....</i>
	<i>Estrutura da Parceria.....</i>	39
	<i>Desenho do</i>	<i>ProInfo.....</i>
	<i>Números do</i>	<i>ProInfo.....</i>
	<i>Avaliação do</i>	<i>ProInfo.....</i>
	Bibliografia.....	41

Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nestes oito anos, teve como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino. O nosso desafio na implantação das políticas foi criar uma estratégia para atingir o conjunto do sistema, efetuar uma mudança de cultura e conseguir resultados qualitativos.

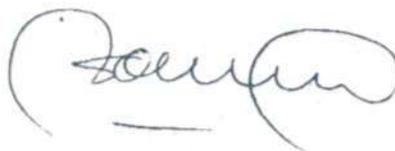
O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação de nosso país. Evitamos assim a imposição de programas ou projetos definidos pelo Ministério, buscando sempre a persuasão para que fossem adotados pelos outros níveis de governo. Por todas essas razões era preciso que os programas e projetos estabelecidos tivessem alta qualidade técnica para que fossem aceitos.

Educação de qualidade para os alunos brasileiros passa necessariamente por professores valorizados e capacitados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação estabelecem metas claras e ambiciosas para a qualificação docente no nosso país.

Nos últimos oito anos avançamos muito. Inúmeros programas foram desenvolvidos para atingirmos as metas. E os números do Censo Escolar 2002 mostram que estamos próximos de alcançá-las.

Este documento trata especificamente disso: um balanço da formação dos nossos professores de 1995 aos dias de hoje. A um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de políticas e programas que, acreditamos, contribuem muito para a construção de uma educação de qualidade.

Na educação as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso publicações dessa natureza são extremamente importantes para balizar políticas e debates públicos.



Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Formação de Professores no Brasil, 1995-2002

Em 1995 nosso grande desafio no Ministério da Educação era o de universalizar o acesso à educação básica para nossas crianças e jovens, garantindo a todos um ensino público de qualidade. Foi desenhada uma estratégia abrangente, que contemplou desde a redefinição constitucional dos recursos para a educação até o estabelecimento de parâmetros e referenciais curriculares para todas as etapas da educação básica. Um ponto central dessa estratégia foi a formulação e implementação da política nacional de formação e qualificação de professores.

Os problemas a serem enfrentados eram de duas ordens principais: de um lado, garantir a formação propriamente dita dos professores, assegurando a qualificação formal exigida para a tarefa de ensinar nos vários níveis de ensino; e, de outro, desenhar e implementar um programa nacional de requalificação dos professores em exercício. Era preciso reconhecer que os milhões de professores que já possuíam a certificação formal para o exercício profissional e já pertenciam aos quadros do magistério nas várias redes de ensino apresentavam lacunas importantes nos conteúdos e nas práticas educacionais, devido à qualidade deficiente de muitos cursos de formação de professores. Acrescente-se a isto a necessidade de envolver os mestres com os novos conceitos e orientações emanados dos parâmetros curriculares que começaram a ser definidos

em 1995, para que a implementação da reforma educacional visando à melhoria da qualidade tivesse êxito. Para melhorar a qualidade dos professores não bastava garantir que todos tivessem a formação adequada, nem tampouco mudar os conteúdos dos cursos para a formação dos novos professores; era preciso desenvolver programas para sua atualização e capacitação.

Os dois problemas estavam longe de ser triviais. Nas redes de ensino, o número e a proporção de professores leigos era ainda muito importante em 1995. Na pré-escola representavam 29% do total, somando 80 mil funções docentes; no ensino fundamental de 1^a a 4^a séries, representavam 23% do total, somando mais de 182 mil funções docentes. Em geral estes mestres atuavam nas áreas mais carentes do país, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, especialmente nas escolas rurais pertencentes às redes municipais. Por outro lado, a queda histórica dos salários dos professores e a perda de status social da profissão ao longo das últimas cinco décadas estiveram associadas a uma deterioração apreciável nos cursos de formação de professores. Era preciso pensar, portanto, em programas de atualização e capacitação para os mais de um milhão e meio de professores já formados e em exercício no ensino básico.

Uma dificuldade adicional estava associada ao caráter descentralizado da estrutura educacional de nosso país e, conseqüentemente, da estrutura ocupacional dos professores. Todos os professores da educação básica pertencem aos quadros funcionais de estados e municípios e cada um dos 27 estados e dos 5.561 municípios possui

sua própria carreira, com sua estrutura salarial e seu sistema próprio de incentivos para qualificação e aperfeiçoamento. Em todas as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação nestes últimos oito anos procurou-se evitar a centralização das ações, reforçando, sempre que possível, o papel dos estados, dos municípios e das próprias escolas na sua implementação, por meio de incentivos e da coordenação do Ministério.

Como veremos ao longo dessas páginas, a política de formação de professores durante o Governo do Presidente Fernando Henrique contemplou todos os aspectos requeridos por uma verdadeira política pública: houve a formulação de objetivos e metas, o desenho dos instrumentos, a aprovação de medidas legislativas, a garantia do financiamento das ações, a coordenação da sua execução e a avaliação dos resultados.

Desde o início do governo, em 1995, demos atenção prioritária à elaboração de duas peças legislativas de extrema importância: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - a LDB - e a Emenda Constitucional que criou o FUNDEF, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. A Emenda Constitucional 14 foi aprovada em outubro de 1996 e regulamentada em dezembro do mesmo ano, mês em que foi também sancionada a nova LDB. Ambas peças legislativas, além de serem extremamente abrangentes em seus impactos sobre a educação de nosso país, tinham objetivos ambiciosos no tocante à formação e aperfeiçoamento dos professores.

A LDB tratou, especificamente, de dois temas importantes: a admissão de professores apenas por concurso nas redes públicas de ensino e a qualificação mínima a ser exigida dos professores para lecionar em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil. A Lei fixou prazos para que todos os professores passassem a ter formação de nível superior, como também definiu critérios e normas para os cursos de formação de professores. O FUNDEF, por outro lado, redistribuiu os recursos da educação entre estados e municípios em razão do número de alunos, garantiu complementação da união para os estados mais pobres e vinculou 60% dos seus recursos ao pagamento dos salários dos professores em efetivo exercício. Além disso, permitiu que, durante os primeiros cinco anos, parte destes recursos pudesse ser usada na formação de professores leigos.

O efeito dessas medidas sobre a estrutura de formação dos professores foi rápida e espetacular, como se pode observar na tabela abaixo. O número total de funções docentes sem qualificação na educação infantil e no ensino fundamental de 1^a a 4^a séries reduziu-se de mais de 262 mil para 70 mil, em sete anos, passando a representar menos de 7% do total. O aumento dramático de recursos à disposição dos municípios, especialmente os mais pobres, permitiu a elevação rápida dos salários, a definição de planos de carreira atraentes e a realização de concursos públicos para a contratação de professores. Produziu-se assim um significativo processo de substituição de professores leigos por professores formados, especialmente nos sistemas de ensino municipais da região Nordeste. Por outra parte um bom número de municípios passou a usar parte dos

recursos do FUNDEF para financiar cursos de formação para seus professores leigos, ministrados por instituições de ensino superior contratadas para tal efeito. O Ministério da Educação contribuiu também para este esforço desenvolvendo um curso de formação de professores de nível médio - o PROFORMAÇÃO - que colocou à disposição de estados e municípios para ser oferecido a seus professores leigos em exercício. Apenas nesta modalidade foram inscritos mais de 27 mil professores nos últimos três anos, especialmente nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No ensino de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental e no ensino médio, a expansão do número de funções docentes foi muito expressiva - 34% e 40% respectivamente - seguindo o crescimento do número de

alunos. Além disso, houve melhoria expressiva da qualificação desses mestres, passando de 72% para 75%, no ensino fundamental, e de 82% para 90%, no ensino médio, a proporção dos docentes com formação de nível superior.

O esforço para atualizar e capacitar os professores em exercício não foi menor. Em março de 1996 entrou no ar a TV Escola, que desde então vem transmitindo programação diária de três horas, repetida quatro vezes durante o dia, dirigida aos professores para a sua atualização, e para oferecer-lhes material de ilustração de suas aulas. Mais de 57 mil escolas foram equipadas e participam do programa. Avaliações independentes mostram que uma proporção crescente, a cada ano, de escolas e professores vem se utilizando da TV Escola para fins didáticos.

PROPORÇÃO DAS FUNÇÕES DOCENTES SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO BRASIL-1995-2002

Grau de Formação	Pré-Escola		Ensino Fundamental				Ensino Médio	
			1 ^a a 4 ^a série		5 ^a a 8 ^a série			
	1995	2002	1995	2002	1995	2002	1995	2002
Total de Docentes (em milhares)	283,0	259,0	811,1	808,9	598,4	800,6	333,6	467,6
Estrutura de Qualificação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
No máximo Fundamental Completo	22%	4%	16%	3%	1%	—	0%	—
Médio sem Magistério	7%	4%	7%	3%	11%	6%	11%	5%
Magistério	57%	64%	59%	64%	17%	19%	6%	5%
Superior	15%	28%	19%	30%	72%	75%	82%	90%
- Sem Magistério e sem Licenciatura	0%	1%	0%	0%	1%	2%	5%	5%
- Com Magistério e sem Licenciatura	1%	4%	1%	3%	2%	5%	3%	6%
- Com Licenciatura	14%	23%	18%	27%	69%	68%	74%	79%

FONTE: MEC/INEP/SEEC. Dados 2002 preliminares.

OBS.: As funções docentes contabilizam docentes que atuam em mais de uma modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento escolar.

Atualmente esta proporção já ultrapassa os 90% do total de escolas com mais de 100 alunos.

A partir de 1995 foram definidos os Parâmetros ou Referenciais Curriculares para todos os níveis da educação básica, incluindo as modalidades de educação indígena e a de jovens e adultos. Um exemplar de cada conjunto dos Parâmetros ou Referenciais foi entregue a cada professor, para ajudá-lo e orientá-lo em seu trabalho em sala de aula. Foi constatado que isto não era suficiente. Era preciso desenvolver um amplo programa de discussão e debate com os professores, sobre o conteúdo desses documentos, para facilitar sua compreensão e garantir sua efetiva utilização no dia-a-dia do professor. No ensino fundamental, foi desenvolvido um sistema de trabalho em rede a partir de municípios pólo, que voluntariamente assumiram a coordenação regional do programa PARÂMETROS EM AÇÃO. O trabalho iniciado em 1999 abrange hoje 300 municípios pólo, 2.886 municípios participantes, cerca de 27 mil coordenadores e já envolveu até o presente mais de 454 mil professores. Ao longo deste processo, percebemos a necessidade de uma atenção especial ao treinamento e formação de professores alfabetizadores.

Desenvolvemos uma metodologia especial e um programa para sua difusão - o PROFA. Iniciado no ano 2001, o PROFA já capacitou cerca de 76 mil professores na arte de alfabetizar, além de oferecer uma metodologia de qualidade para as escolas de formação de professores.

Além desses programas de caráter universal, o Ministério da Educação desenvolveu algumas iniciativas mais focalizadas e que

envolveram esforços importantes de capacitação de professores. No âmbito dos programas Financiados por entidades internacionais - BID e Banco Mundial - iniciativas como o Escola Ativa, voltado para a educação rural, ou o projeto Escola Jovem, dirigido à implantação da reforma do ensino médio, contemplaram recursos significativos para o treinamento e envolveram milhares de professores. A política de inclusão dos portadores de necessidades especiais nas instituições regulares de ensino, coordenada pela Secretaria de Educação Especial, também levou ao desenvolvimento de amplo programa de capacitação dos professores.

A introdução de novas tecnologias na educação implicou esforço muito importante na capacitação de professores. O PROINFO, antes de colocar qualquer computador em escolas, criou uma rede nacional de centros visando a capacitação de professores para o uso do computador como instrumento do processo de ensino e aprendizagem. Os Núcleos de Tecnologia Educacional - NTEs -, como são conhecidos os centros, já somam 259 em todo o país, nos quais já foram capacitados mais de 100 mil professores nos últimos quatro anos.

É interessante observar que a população brasileira tem uma clara percepção da evolução positiva da qualificação dos professores e associa este fator à melhoria da qualidade na educação. Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE em junho de 2002, patrocinada pela CNI, mostrou que 53% da população brasileira avaliavam que a educação havia melhorado durante o governo do Presidente Fernando Henrique, sendo a área de melhor

desempenho da administração. Pesquisa realizada pelo mesmo Instituto em agosto de 2001, sob encomenda do Ministério da Educação, mostrou resultado semelhante, revelando ainda que 51% dos entrevistados declararam que, na sua percepção, a qualificação dos professores havia melhorado nesse período.

As avaliações educacionais realizadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos, especialmente por meio do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica -, apontam invariavelmente a alta correlação entre a formação do professor e o desempenho dos seus alunos, medido pelos níveis alcançados nos testes de proficiência. As mudanças que o país foi capaz de realizar na qualificação de seus professores deverão de produzir resultados muito palpáveis na qualidade da educação de nossas crianças e jovens ao longo dos próximos anos.

Desafios e Respostas

Em estreita obediência ao seu objetivo de prestar assistência técnica aos estados e municípios, o Ministério da Educação vem atuando em parceria com os responsáveis diretos pelo ensino fundamental e médio em uma série de programas, cujas principais características serão destacadas neste documento.

Todas estas ações partiram das políticas estabelecidas como prioritárias, destinadas a superar desafios reconhecidos pela comunidade educacional, e representam alternativas abertas à adesão dos interessados. A responsabilidade pela coordenação das várias atividades é compartilhada entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.



I. O Desafio dos Leigos

Cumprir a exigência expressa na LDB/96 de contar somente com professores habilitados no desempenho das funções docentes do Ensino Fundamental é um dos grandes desafios colocados aos estados e municípios.

A redução do número de leigos em exercício é um desafio que tem atravessado os tempos, muito embora haja um consenso quanto aos problemas que esta situação acarreta para a formação dos novos cidadãos.

Segundo o Censo Escolar, em 1995, o número de funções docentes no Ensino Fundamental era de 1,4 milhão (cf. Tabela 1). Programas de desenvolvimento ou qualificação para uma categoria profissional com essa magnitude implicam em investimentos de grandeza correspondente.

Um dos principais obstáculos às iniciativas de habilitação de professores tem sido a necessidade de manter as escolas funcionando, ou seja, as atividades de formação devem permitir que o professor continue atuando em sala de aula durante o curso, na modalidade que se convencionou chamar de treinamento em serviço.

Além disso, a maioria das funções ocupadas por leigos localizam-se em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, de baixa densidade populacional, com distâncias muito grandes separando os professores que se quer alcançar.

Esses dois aspectos recomendam o ensino a distância para a qualificação de leigos.

Nossa Resposta - Proformação

O PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores em Exercício - é um curso de nível médio em Magistério, na

Tabela 1 - Brasil: Funções Docentes no Ensino Fundamental - 1ª a 8ª séries

Formação dos Ocupantes									
	Total	Fundamental				Médio Completo		Superior Completo	
		Incompleto	Completo						
Em 1995	N(100%)	N	%	N	%	N	%	N	%
1ª a 4ª	811.052	64.830	8,0	62.370	7,7	531.265	65,5	152.587	18,8
5ª a 8ª	598.436	379	0,1	5.269	0,9	162.959	27,2	429.829	71,8
1ª a 8ª	1.409.488	65.209	4,6	67.639	4,8	694.224	49,3	582.416	41,3
Em 2001	N	N	%	N	%	N	%	N	%
1ª a 4ª	809.253	11.912	1,5	34.609	4,3	543.383	67,1	219.349	27,1
5ª a 8ª	770.362	379	0,0	2.588	0,3	193.894	25,2	573.501	74,4
1ª a 8ª	1.579.615	12.291	0,8	37.197	2,4	737.277	46,7	792.850	50,2

modalidade de ensino a distância, destinado a professores que não possuem a habilitação em Magistério e atuam nas quatro séries iniciais e classes de alfabetização das redes públicas estaduais e municipais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Objetivos do Proformação

Apoiar o esforço dos sistemas estaduais e municipais no sentido de:

1. habilitar em Magistério, no nível médio, os professores que atuam nas quatro primeiras séries e em classes de alfabetização;
2. elevar o nível de conhecimento e de competência profissional dos docentes em exercício;
3. contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e do desempenho pelo resgate da profissionalização da função docente e melhoria da qualidade do ensino.

Estrutura da Parceria

Os estados e municípios que assim o desejarem assinam o Acordo de Participação, documento que estabelece uma parceria entre o sistema educacional interessado e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e do Fundescola. Esse documento descreve as atribuições de cada uma dessas instâncias para a implementação do programa.

Componente Nacional - Integrado pela Coordenação Nacional de Implementação do Proformação (CNP), que se localiza na SEED/Ministério da Educação, uma instituição de avaliação e o Fórum Nacional do Proformação. Encarregado da articulação

política e institucional, responsável pela proposta técnica e financeira, bem como monitoramento e avaliação de todas as ações do Programa.

Componente Estadual - Composto pela Equipe Estadual de Gerenciamento do Proformação (EEG), sediada na Secretaria Estadual de Educação, além das Agências Formadoras (AGF) e da Comissão Estadual do Proformação (CEP), coordena e monitora os trabalhos no âmbito estadual.

Componente Municipal - Inclui o Órgão Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e o corpo de tutores. É responsável pela implementação do Proformação no âmbito municipal.

Desenho do Proformação

O Programa é composto por quatro módulos de um semestre cada um, constituído por atividades individuais, coletivas e serviços de apoio à aprendizagem.

Cada módulo começa com uma fase presencial de 76 horas, realizada no período das férias escolares, quando os professores cursistas (PC) têm a oportunidade de conhecer a estrutura do módulo, os conteúdos a serem trabalhados e as estratégias de aprendizagem de cada área temática.

Após a fase presencial, tem início o estudo individual dos Guias de Estudo, que inclui a realização de atividades dos Cadernos de Verificação da Aprendizagem. Ao mesmo tempo, ele continua a sua prática docente e aplica na sala de aula as sugestões contidas

nos Guias de Estudo. As provas bimestrais avaliam o domínio dos conteúdos das áreas temáticas.

A partir do registro diário de suas dificuldades, seus avanços, experiências conduzidas em sala de aula e resultados obtidos, o PC prepara um Memorial, visto como um exercício de auto-avaliação.

A cada quinze dias, o professor cursista participa da Reunião de Sábado, com o seu tutor. A pauta dessas reuniões abrange, tanto as dúvidas que surgiram no estudo individual ou na prática docente, como uma discussão dos temas da unidade e a ampliação dos conhecimentos de cada participante.

Além desses encontros quinzenais, com a presença dos tutores, os serviços de apoio à aprendizagem podem ser acessados, a qualquer momento, na Agência Formadora (AGF), que oferece duas alternativas:

- a) Presencial: encontros, na própria AGF, com os professores formadores de cada área temática;
- b) A distância: os professores formadores da AGF atendem a chamadas telefônicas por uma linha 0800.

Antes de cada prova bimestral, as AGF oferecem outro momento presencial, quando são revistos os conteúdos abordados nas unidades correspondentes e esclarecidas as dúvidas.

Números do Proformação

Além de estar direcionado às regiões brasileiras que concentram a maioria das

funções docentes leigas, o Proformação atinge sobretudo professores localizados em locais geograficamente isolados, dificilmente incluídos em programas de formação exclusivamente presenciais. Menos de um quarto da clientela do programa atua em escolas urbanas, 76% deles trabalham na zona rural.

Beneficiários do Proformação (1999/2001)

Estados	Municípios	Professores
Acre	23	1.844
Alagoas	35	624
Amazonas	25	1.274
Bahia	175	4.490
Ceará	74	3.575
Goiás	156	2.244
Maranhão	50	2.431
Mato Grosso	118	1.170
Mato Grosso do Sul	28	203
Paraíba	102	1.537
Pernambuco	105	1.844
Piauí	76	2.414
Rondônia	34	1.297
Sergipe	52	1.522
Tocantins	54	903
TOTAL	1.107	27.372

Avaliações do Proformação

O Proformação foi objeto de uma avaliação externa com estudos quantitativos e qualitativos sobre o processo de implementação e os resultados do Programa, sob a responsabilidade da Fundação Carlos Chagas.

Integram a avaliação externa estudos com perspectivas diferenciadas e Complementares, a saber: pesquisas de opinião direcionadas a todos os segmentos envolvidos, entrevistas com participantes,

estudos de caso, análises estatísticas dos dados de desempenho dos professores cursistas colhidos no Sistema de Informações do Proformação (SIP) e análises sobre a validade, relevância e viabilidade do Programa.

Em 2001, iniciou-se a coleta e análise de dados que já sinalizam os primeiros resultados da avaliação do Programa. Dentre eles, destacam-se alguns aspectos importantes em relação ao seu desenvolvimento, ao alcance de seus objetivos e aos resultados iniciais junto aos professores cursistas, escolas e comunidades.

Abrangência e Relevância Social

O Proformação atinge, predominantemente, áreas rurais (80%) e carentes do país, onde as dificuldades geográficas, climáticas, econômicas, somam-se à precariedade de recursos materiais e humanos. Segundo a pesquisa de avaliação, "o programa cumpre uma função social importante, ao buscar melhorar a qualidade do atendimento escolar, por meio da qualificação dos professores que estão atuando nas escolas dessas regiões carentes; (...) atingir áreas tão distantes e necessidades de nosso País é um grande mérito do Programa".

Desempenho dos Professores Cursistas

Os resultados dos primeiros módulos demonstram que 87% dos cursistas foram aprovados, 5,5% reprovados e 7,5% evadiram-se do Programa. São porcentagens animadoras, principalmente considerando-se as altas taxas de evasão geralmente presentes

nos cursos de educação a distância. Os estudos qualitativos demonstram que os professores cursistas do Proformação comproram-se com o Programa e revelam-se altamente motivados. A pesquisa "de opinião mostra que 94% dos cursistas contam com o incentivo da família para continuar estudando no Proformação.

Mudanças na Prática Docente

O questionário aplicado a 3.204 participantes, os resultados de entrevistas conduzidas diretamente com cursistas e tutores e os resultados dos estudos de caso revelam mudanças positivas na prática pedagógica dos professores. No questionário de opinião, 97,6% concordam que sua prática em sala de aula tem melhorado com o Proformação; 97,2% percebem mudanças em sua prática a partir das aprendizagens do Proformação; 84% concordam que aumentou sua preocupação com a participação dos alunos em aula; e 90% concordam que está tentando atender às características individuais e diferenças de seus alunos.

Esses resultados são consistentes com os resultados dos estudos de casos e das entrevistas, que também registram mudanças na prática do professor, como: a utilização de recursos e metodologias variadas, a utilização de jogos e atividades concretas com os alunos, a preocupação dos professores com o atendimento a alunos em diferentes níveis de desenvolvimento, utilização dos conhecimentos prévios dos alunos na prática pedagógica, mudanças na postura do professor em relação ao aluno e mudanças nos planos de aula que "estão mais ricos", explorando novas maneiras de ensinar.

A observação das salas de aula dos cursistas mostrou também os efeitos do Proformação no ambiente e nas estratégias de gestão de classe: observou-se a disposição das carteiras em círculos ou semicírculos, a decoração das salas com cartazes e trabalhos dos alunos, a utilização de trabalhos em grupo, leitura e comentário de mensagens e outras dinâmicas sugeridas nos vídeos do Proformação, como a identificação e a valorização da cultura da comunidade e o trabalho com questões do meio ambiente.

Valorização do Magistério

Os cursistas do Proformação dizem estar se sentindo muito valorizados no programa e em suas comunidades: 98% concordam com a afirmação de que se sentem crescendo muito na profissão e todos os entrevistados registram que o Proformação aumentou sua segurança, auto-estima e valorização. "A titulação é algo muito valorizado por eles, o que faz com que eles ascendam socialmente na comunidade, melhorando a imagem que cada um tem de si e, conseqüentemente, sua qualidade de vida".

Participação na Escola e Comunidade

97% dos professores cursistas concordam com a afirmação de que está mais participante em sua escola e 88,5% dizem que, depois do Proformação, têm mais facilidade em participar de sua comunidade. Essa participação é bastante acentuada com os Projetos de Trabalho, um trabalho de investigação realizado pelos cursistas sobre um tema de sua realidade local. Temas como violência familiar, preservação do meio ambiente, plantas medicinais, cultura

regional etc, são tratados pelos cursistas envolvendo os alunos, a escola e a comunidade.

Estrutura Operacional do Programa

A estrutura organizacional e funcional do Proformação está consolidada. Os agentes da implementação estão treinados, conhecem o funcionamento do programa e cumprem suas funções. Os resultados mostram que 95% dos participantes, em todos os estados, concordam que os professores formadores preparam muito bem os professores cursistas durante a fase presencial; 92% concordam que as reuniões com os tutores são úteis; 90% dizem conseguir fazer perguntas e esclarecer suas dúvidas nas Reuniões de Sábado; 90% concordam com a afirmação de que é bem orientado pelo tutor para continuar estudando; e 93,2% afirmam que "meu tutor vai regularmente à escola e acompanha minhas atividades". Esses dados corroboram os resultados dos dados de monitoramento colhidos nas AGF e EEG, onde se constata que a sistemática do programa é positivamente avaliada. Os cinco pontos positivos mais citados foram: 1) a qualidade do programa; 2) a capacitação permanente dos envolvidos; 3) a sistemática de acompanhamento, monitoramento e controle do Programa; 4) o compromisso, a competência e seriedade dos envolvidos; e 5) a valorização dos professores cursistas.



II. O Desafio da Aprendizagem

Uma vez encaminhadas as respostas para a universalização do acesso à escola, o foco das ações do Ministério da Educação passou a ser a garantia de melhores oportunidades de aprendizagem aos alunos das escolas públicas de todos os municípios brasileiros.

Neste caminho, os grandes parceiros são os diretores escolares e os professores. As ferramentas são os conteúdos do ensino, os livros didáticos, vídeos, computadores. O cenário, a sala de aula e todos os espaços escolares. O foco central, o aluno e seu contexto.

Nestes últimos 4 anos, as ações do Ministério da Educação têm buscado o aumento de eficiência e equidade do sistema público de ensino. As políticas implementadas em parceria com os níveis estaduais e municipais têm seu foco na melhoria da qualidade da educação e na valorização do professor. Essas políticas visam a mudanças nas práticas desenvolvidas em sala de aula, na relação professor/aluno, no tipo de oportunidade de aprendizagem oferecida à clientela. Um dos resultados esperados é a melhoria no desempenho dos alunos.

De fato, dados de avaliações externas à escola, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB -, revelam um baixo rendimento dos alunos em testes de Português e Matemática e apontam para a necessidade de mudanças na gestão da escola e da sala de aula.

A reforma curricular mobilizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituiu um importante ponto de partida. Levá-los para dentro das escolas é o maior desafio que eles próprios colocam.

Nossa Resposta - Parâmetros em Ação

Os Parâmetros são referências curriculares que se caracterizam pela flexibilidade, permitindo um diálogo com as escolas no que se refere à elaboração de seu projeto pedagógico nas Secretarias de Educação municipais e estaduais, subsidiando a adaptação e a elaboração de seus respectivos currículos, e com o próprio Ministério da Educação, no tocante à definição e ao direcionamento de suas ações políticas, tais como: projetos ligados à formação inicial e continuada de professores, análise e compra de livros e de outros materiais didáticos, avaliação nacional, programas produzidos e/ou veiculados pela TV Escola e a orientação aos autores de livros didáticos.

Com o propósito de intensificar a implantação desses Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais nos estados e municípios, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria da Educação Fundamental - SEF -, desenvolveu e colocou à disposição dos sistemas de ensino o programa Parâmetros em Ação.

O programa Parâmetros em Ação tem como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos Referenciais Curriculares Nacionais para a

Educação Infantil e para a Educação Indígena e da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. A idéia central desse programa é favorecer a leitura compartilhada, o trabalho conjunto, a reflexão solidária e a aprendizagem em parceria.

Está organizado em módulos de estudo, compostos por atividades diferenciadas que procuram levar à reflexão sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas nas escolas e acrescentar elementos que possam aprimorá-las. Para tanto, utiliza textos, filmes, programas em vídeos, que podem, além de ampliar o universo de conhecimento dos participantes, ajudar na elaboração de propostas de trabalho junto aos colegas de grupo, a fim de realizá-las com seus alunos.

As discussões promovidas por este programa têm levantado algumas questões que devem ser contempladas na política de formação do professor. Destacam-se 3 pontos;

- redefinição do papel profissional;
- resgate de competências necessárias à função, como desenvolvimento da leitura e escrita, capacidade de trabalhar em equipe;
- refletir sobre a própria prática;
- gerenciar com autonomia a própria formação;
- condições para a atuação profissional, planos de carreira e salários.

Objetivos do Programa

1. Suscitar nos professores o desejo de aprender, pela vontade de se apropriar dos conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para que isso ocorra, é preciso que

os professores, da mesma maneira que os alunos, vivenciem situações de aprendizagem fecundas e enriquecedoras. Parâmetros em Ação se propõe a propiciar essas situações.

2. Fortalecer a ação das Secretarias de Educação, enquanto espaço privilegiado de concepção e acompanhamento da formação continuada de professores.

Estrutura da Parceria

A estrutura do Parâmetros em Ação confirma e fortalece parcerias com as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, com as Universidades e agências formadoras, no sentido de descentralizar o gerenciamento do Programa, enraizar suas propostas nos sistemas educacionais e assegurar a integração entre as instâncias e ações do Programa.

A parceria estabelecida diretamente com as Secretarias de Educação e indiretamente com as instituições formadoras está favorecendo a definição de competências e responsabilidades em relação à formação continuada de professores.

A estrutura para implementação, acompanhamento e avaliação deste programa tem sua Coordenação Pedagógica na SEF/Ministério da Educação e na Rede Nacional de Formadores, RNF. Essa rede, formada por profissionais de formações diversas, que garantem seu caráter multidisciplinar, oferece permanente assessoria e acompanhamento das ações desenvolvidas.

Os professores das escolas atendidas organizam-se em grupos de estudos,

liderados por um coordenador. Além deles, cada cidade conta com um coordenador-geral do programa no município.

Os municípios atendidos estão organizados em pólos, responsáveis por um grupo de municípios localizados nas proximidades. A constituição de pólos representa uma estratégia para racionalizar o uso dos recursos materiais e humanos, por um processo de tomada de decisão baseado em um colegiado.

A divisão de atribuições entre as esferas de governo é a seguinte:

Governo Federal:

- Seleção e coordenação da RNF
- Elaboração do material de estudo
- Produção de vídeos da TV Escola
- Formação dos coordenadores-gerais
- Assessoria e acompanhamento

Secretarias Estaduais e Municipais:

- Elaboração do Plano de Trabalho
- Organização dos grupos de estudo
- Preparação de local e de infra-estrutura para os encontros
- Reprodução e distribuição do material
- Indicação dos coordenadores
- Estabelecimento do cronograma de ações
- Acompanhamento e avaliação das ações

Desenho do Parâmetros em Ação

O material que compõe o programa está organizado em seis conjuntos de módulos, abrangendo os seguintes níveis e modalidades:

- Educação Infantil (11 módulos, 172 horas)
- Alfabetização (1 módulo, 32 horas)
- Primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental - de 1^a a 4^a série (12 módulos, 156 horas)
- Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - de 5^a a 8^a série (10 módulos, 160 horas)
- Educação de Jovens e Adultos - 1^o segmento (8 módulos, 104 horas)

Números do Parâmetros em Ação

A estrutura operacional implantada para este e os demais programas de desenvolvimento de professores da SEF/Ministério da Educação, fundada numa efetiva parceria com os gestores das escolas participantes - Secretarias Estaduais e Municipais de Educação - permite uma grande amplitude de atendimento, sem recorrer à estratégia dos cursos em cascata.

Participantes do Parâmetros em Ação
(1999/2001)

Formadores da Rede Nacional	193
Pólos	300
Municípios	2.889
Coordenadores Gerais	3.478
Coordenadores de Grupo	27.000
Grupos de Estudo	11.257
Professores	454.609

III. O Desafio do Meio Ambiente

A educação voltada para a cidadania é uma das chaves para fortalecer a democracia, o respeito mútuo, a justiça social e a igualdade de oportunidades.

A questão ambiental, cada vez mais presente no imaginário social e na mídia, permeia a noção de cidadania em muitos sentidos. Se quisermos que o aluno reflita de forma crítica sobre seu lugar no mundo, a convivência humana, as relações sociais nas suas diferentes dimensões, os seres vivos, o espaço e como ocupamos este espaço, esta questão torna-se referência importante para compreender o mundo.

A discussão em torno da questão ambiental abre caminho para refletir sobre o encadeamento dos fatos e das dimensões espaciais (relação global-local) e da existência coletiva. Mais do que isto, as peculiaridades e a complexidade inerentes a essa questão reafirmam a idéia da transversalidade do tema meio ambiente.

Nossa Resposta - Parâmetros em Ação e o Meio Ambiente na Escola

A educação ambiental nas escolas deve desenvolver atitudes e posturas éticas em relação à questão ambiental e refletir sobre as mesmas, desenvolver capacidades ligadas à participação, à co-responsabilidade, à solidariedade, à tolerância e à negociação, em busca de um consenso em relação ao uso e à ocupação do meio ambiente, respeitando

as diferentes formas de vida e a pluralidade cultural para buscar o bem-estar de todos.

Nessa perspectiva, é possível garantir aprendizagens significativas e adequadas ao cotidiano. A transversalidade, a interdisciplinaridade e o trabalho compartilhado são também um desafio para os educadores.

A implementação do programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola busca que os professores, seus principais agentes, recebam a formação para melhor compreender o meio ambiente, refletir de forma crítica sobre as questões ambientais e ensinar a respeito delas, bem como intervir no espaço escolar e seu entorno, por meio de projetos.

A formação inicial e continuada do professor é estratégia básica para institucionalizar a Educação Ambiental e favorecer a superação das lacunas e dos problemas existentes no currículo escolar. A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9795/99 - em seu artigo 11, diz que "os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental".

Objetivos

A proposta de formação continuada com o tema transversal Meio Ambiente pretende atingir uma ampla escala de educadores de 5^a a 8^a série, independente da área de conhecimento em que atuem. Procura resgatar e agregar os objetivos e princípios

da Educação Ambiental visando sua institucionalização como política pública, considerando:

- O fortalecimento de setores específicos de Educação Ambiental (EA) nas Secretarias de Educação;
- A inserção da EA na política de formação continuada das Secretarias de Educação;
- A Introdução de novas propostas pedagógicas para inserir o Meio Ambiente nos currículos escolares e novas metodologias para a formação dos professores;
- O reconhecimento e gratificação do professor por estudos e iniciativas que abordam as questões ambientais;
- A qualidade de uma aprendizagem responsável e construtiva que permeia diferentes situações sociais e que utiliza o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Estrutura da Parceria

A mesma estrutura descrita para os Parâmetros em Ação, apoiada na Rede Nacional de Formadores, é utilizada no desenvolvimento de professores de todas as áreas, com foco na Educação Ambiental.

A divisão das atribuições entre as esferas de governo é a seguinte:

Governo Federal

- Fornecer o material que compõe o programa;
- Assessorar o encontro inicial de formação dos coordenadores de grupo, por uma equipe de especialistas;

- Assessorar o planejamento da implementação do programa;
- Assessorar o desenvolvimento da Fase 2;
- Acompanhar e avaliar os trabalhos, por meio da RNF;
- Realizar conferências e reuniões temáticas a distância, em salas interativas do site da SEF.
- Documentar, sistematizar, registrar os dados e as informações da implantação do programa.

Secretarias de Educação

- Organizar a adesão dos professores ao programa e montar os grupos de estudo, considerando a interdisciplinaridade e a formação de grupos por escola;
- Indicar os coordenadores gerais, para gerenciar e acompanhar o programa;
- Indicar os coordenadores de grupo, que serão responsáveis pela formação dos professores, pelo acompanhamento e pela avaliação dos trabalhos;
- Garantir condições e horário de trabalho para os coordenadores gerais e de grupo, para que possam estudar o material, planejar os encontros, preparar as atividades, avaliar os trabalhos, preparar relatórios e participar das reuniões;
- Garantir condições e horário de trabalho para os professores participarem dos encontros e atividades;
- Garantir a participação dos coordenadores gerais e de grupo nos encontros de assessoria agendados pelo Ministério da Educação, oferecendo a infraestrutura necessária;
- Formular o plano de implementação do Programa e o cronograma de reuniões dos coordenadores e dos grupos de estudo;

- Levantar dados e sistematizar os documentos necessários para implementar o programa para fornecer ao Ministério da Educação.

Desenho do Programa

O programa se apóia em um conjunto de materiais que os professores poderão utilizar, tanto em sua própria formação, quanto em seu trabalho cotidiano em sala de aula. Organizados em dois conjuntos - um para o coordenador, outro para o professor - esses materiais incluem textos escritos, programas de vídeo, CDs de música, CD-ROM com informações da legislação ambiental, cartaz com mapa das Ecorregiões do Brasil e compilação de diversas informações ambientais de utilidade para o professor.

Este conjunto de material foi elaborado para possibilitar um diálogo com educadores de todas as áreas, promovendo a interdisciplinaridade e a construção de projetos coletivos. Aborda conteúdos conceituais e metodológicos para que os professores se apropriem do repertório ambiental, além de oferecer ferramentas para o aprofundamento do tema.

Números do Parâmetros em Ação, Educação Ambiental

O atendimento à demanda pela adesão ao programa tem obedecido a um cronograma estabelecido pela SEF/Ministério da Educação. A organização modular permite acompanhar grupos em diferentes estágios da programação (Fases 1, 2) e assim maximizar as respostas às solicitações dos

sistemas municipais e estaduais.

De maio a junho de 2002, 290 municípios realizaram a Fase 1 do programa. Além dos coordenadores gerais e de grupo, foram formados técnicos e educadores das Secretarias de Educação. Durante o evento, foram promovidas discussões paralelas com os diretores e os Secretários de Educação em relação à inserção da Educação Ambiental nos sistemas de ensino.

Estados	Municípios	N.º de Coord. Geral	N.º de Coord. de Grupo	Outros
19	290	218	629	138

Desse total, 78 municípios de 8 Estados iniciaram a Fase 2 em julho, com assessoria dos formadores da SEF. Este é o estágio em que os coordenadores de grupo trabalham os grupos de estudos de professores por escola.

Os técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de 7 Estados que participaram da formação da Fase 1 selecionaram 1.321 escolas pilotos para participar do programa.

IV. O Desafio da Educação Indígena

O Brasil abriga em seu território, além de uma expressiva biodiversidade, composta por diferentes ecossistemas, como a Amazônia e o Pantanal, uma rica sociodiversidade nativa. Esta é representada pela existência de 218 povos indígenas espalhados em milhares de aldeias por todo o país. Tais povos falam 180 línguas e dialetos nativos conhecidos e vivem diferentes situações de contato em segmentos da sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos índios o direito de manter suas identidades diferenciadas, preservando suas línguas, culturas, tradições e modos de ser e de pensar. Nesse contexto, a escola adquire um novo sentido, tornando-se não apenas um meio de acesso a conhecimentos universais mas também de valorização e sistematização dos saberes e conhecimentos tradicionais.

De algo imposto, a educação e a criação de escolas em terras indígenas passaram a ser uma demanda dos próprios povos indígenas, interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo que os cerca.

Entre os muitos desafios que esses povos enfrentam para a qualificação de sua educação escolar, está o de preparar professores indígenas, segundo os princípios da interculturalidade e do bilingüismo.

Nossa Resposta - Parâmetros em Ação, Educação Indígena

Os programas educacionais que o Ministério da Educação oferece em terras indígenas respeitam as tradições, as culturas e as línguas desses povos. Hoje são 1.392 escolas indígenas nas quais lecionam cerca de 3.059 professores índios e 939 não-índios, atendendo a uma clientela de aproximadamente 93 mil estudantes.

Para atender a esse contingente, o Ministério da Educação criou programas que partem de um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilingüismo e à etnicidade. A política traçada visa, fundamentalmente, a formar os próprios índios como professores de suas comunidades, bem como a produzir materiais bilíngües e na língua nacional, para uso nas escolas indígenas de todo o país, adequando-se calendários e currículos à realidade de cada povo indígena.



V. O Desafio da Alfabetização

Em meio à variedade de situações sobre as quais atuam os programas de desenvolvimento profissional dos educadores, destacam-se aqueles voltados para o professor alfabetizador, que orienta os primeiros passos dos alunos na construção da leitura e da escrita.

Ao longo dos anos 70 e 80, o principal ponto de engarrafamento do sistema público de ensino era a passagem da 1ª para a 2ª série, o que se pode atribuir sobretudo às dificuldades da alfabetização. Nessa etapa, a metodologia seguida pelo professor, bem como sua atitude em sala de aula, podem contribuir fortemente para o sucesso ou fracasso do aluno.

No final do século XX, a partir das políticas direcionadas à equidade com eficiência e à melhoria da qualidade do ensino, as barreiras que se colocavam para o fluxo escolar foram praticamente superadas, e a conseqüente distorção idade/série, reduzida. Entretanto, avaliações externas à escola têm mostrado que o desempenho em leitura e escrita necessita maior atenção, principalmente na orientação aos professores sobre os melhores caminhos a seguir e propor na sala de aula.

Nossa Resposta - Profa

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - Profa - é um curso de formação para professores alfabetizadores,

cujo foco são os processos de aprendizagem da leitura e da escrita e as situações didáticas mais adequadas às necessidades dos alunos, sempre no contexto de solução de problemas.

Objetivos do Profa

O curso tem como objetivo desenvolver as competências profissionais necessárias a todo o professor alfabetizador atuante na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, e seus respectivos formadores.

Estrutura da Parceria

O Profa utiliza a mesma estrutura descrita para o Parâmetros em Ação.

Sua implementação pressupõe um Termo de Cooperação Técnica, em que o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação (ou outras instituições formadoras interessadas) estabelecem as bases da parceria que o tornará viável. As bases desse Termo são as seguintes:

Governo Federal - responsável pela produção dos materiais do Programa; orientação para seleção dos profissionais que assumirão a tarefa de Coordenadores Gerais e de Grupo.

Cabe também ao Ministério da Educação a formação dos formadores na Fase 1 (apresentação dos materiais e preparação inicial dos profissionais que coordenarão grupos) e o acompanhamento do Programa na Fase 2 (desenvolvimento do trabalho com os professores).

Em parceria com as Secretarias da Educação, define critérios para a certificação dos professores cursistas, indica o Coordenador Geral para formação dos Coordenadores de Grupo, acompanha e avalia os trabalhos, em conjunto com a equipe pedagógica do programa. Em parceria com as instituições encarregadas de ministrar o curso, realiza a avaliação do programa.

Estados - selecionam e remuneram os coordenadores dos grupos, permitindo que estes dediquem pelo menos 20 horas semanais para as tarefas requeridas pelo Programa, quando fazem parte do quadro de pessoal da Secretaria de Educação; organizam os grupos de professores; avaliam o desempenho dos cursistas; organizam e distribuem certificados aos aprovados, segundo os critérios estabelecidos em conjunto com o Ministério da Educação.

Desenho do Profa

As Diretrizes Curriculares Nacionais evidenciam a necessidade de que o futuro professor tenha experiência, em seu processo de formação, com atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende venham a ser concretizados nas suas práticas pedagógicas. Nesta perspectiva, destaca-se a importância da criação, nos cursos de formação de professores, do ambiente desejável para uma construção coletiva da proposta pedagógica.

O Profa é organizado em 3 módulos compostos de unidades, orientadas por duas finalidades básicas: a ampliação do universo de conhecimento dos alunos sobre a alfabetização e a reflexão sobre a prática profissional.



Do ponto de vista metodológico, os módulos baseiam-se fundamentalmente em estratégias de resolução de situações-problema: análise de produções de alunos, simulação, planejamento de situações didáticas segundo orientações determinadas, análise da adequação de uma dada atividade considerando um grupo específico de alunos, comparação de atividades em relação aos objetivos previamente definidos e discussão das implicações pedagógicas dos textos teóricos estudados.

O material de estudo, principalmente os programas de vídeo, leva os alunos a discutir a alfabetização a partir da realidade, examinando como o sujeito aprende na prática pedagógica real.

O modelo de ensino pauta-se pelo diálogo, o que mobiliza os alunos para pensar, refletir, analisar, levantar hipóteses, confrontar suas hipóteses e pontos de vista, elaborar conclusões provisórias a serem novamente testadas.

A avaliação é tratada como parte integrante do processo de formação, uma vez que

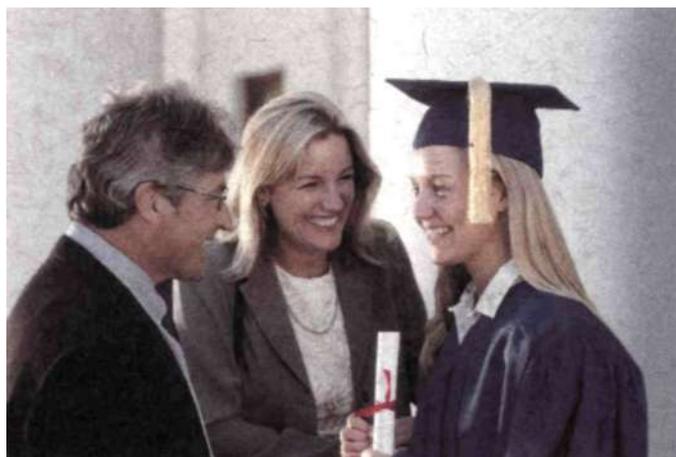
possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas, e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. A avaliação destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação e tem, também, a finalidade de certificar a sua formação profissional.

Números do Profa

Desde seu lançamento, a adesão ao Profa tem sido maior que a expectativa de seus coordenadores, de modo que está sendo seguido um cronograma de atendimento segundo as disponibilidades da coordenação.

Participantes do Profa (2000/2001)

Pólos	169
Municípios	1.188
Professores	75.436



VI. O Desafio do Ensino Médio



O ensino médio foi o que mais se expandiu, nas duas últimas décadas. De 1988 a 1997, o crescimento da demanda superou 90% das matrículas até então existentes. Desde 1996, as matrículas no ensino médio têm crescido ao ritmo de 11% ao ano. Parte significativa dessa explosão da demanda decorre das políticas de correção do fluxo escolar no nível fundamental, implementadas nos últimos 8 anos. A inclusão de segmentos sociais tradicionalmente excluídos das séries finais abriu as portas do ensino médio a uma nova clientela, trazendo novos desafios aos educadores.

Por outro lado, a consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Partindo de princípios definidos na LDB, o

Ministério da Educação, num trabalho conjunto de sua Secretaria da Educação Média e Tecnológica, SEMTEC, com educadores de todo o país, delineou um novo perfil para o currículo, apoiado no desenvolvimento de competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. A formação do aluno deve ter como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

Em síntese, propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

Traduzir estes princípios em diretrizes e parâmetros para a prática docente implica, num primeiro passo, em conquistar a adesão dos professores em exercício à sua concepção. Mas implica também em oferecer subsídios para sua concretização no cotidiano da sala de aula.

Este é o desafio que o Ministério da Educação vem enfrentando, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação.

Nossa Resposta - Apoio aos Professores do Ensino Médio

O sucesso na construção de um novo ensino médio que atenda às necessidades de adolescentes e jovens depende sem dúvida da oferta de oportunidades variadas e inovadoras de formação continuada aos profissionais da educação.

Essa exigência, no entanto, não é nova. No passado recente, investiu-se muito, retórica e financeiramente, em estratégias de formação continuada. Tais investimentos, porém, assentaram-se, sobretudo, na realização de eventos de capacitação nos quais os professores tomavam contato com as teorias educacionais, com novas metodologias de ensino e com informações atualizadas sobre sua disciplina. Acreditava-se poder provocar a mudança e a inovação na prática pedagógica apenas pelo fato de levar os professores a ouvir falar nessas mudanças.

A reforma educacional brasileira exige a busca de novas estratégias de formação continuada mais coerentes com os princípios e fundamentos da própria reforma. Isso implica a adoção, por parte dos órgãos responsáveis pela gestão dos sistemas educacionais, de um conjunto mais amplo de estratégias e ações, reunidas sob as diretrizes de uma verdadeira política de desenvolvimento profissional dos professores, gestores e demais profissionais da educação.

O sentido dessa política é assegurar a esses profissionais um amplo conjunto de recursos e estratégias de formação e de ampliação de

sua vivência profissional e cultural, além de adotar estratégias que lhes permitam sentir-se responsáveis pelo gerenciamento de seu desenvolvimento profissional, na perspectiva da construção de sua autonomia.

Na base dessa política estão dois princípios da educação brasileira claramente presentes na LDB: o princípio da autonomia e o da identidade. O sucesso de todo o processo de melhoria da educação baseia-se na construção e na afirmação da identidade profissional dos professores, amparada em um conhecimento específico do que significa ser educador em nossa sociedade.

Daí a importância de esses profissionais conhecerem em profundidade a legislação, as normas e os princípios de caráter político e ético que condicionam sua atuação. A formulação e execução de uma política de desenvolvimento profissional possibilita a superação das estratégias descontínuas e responde a toda uma gama de necessidades, deficiências e impasses diferenciados que afetam a prática escolar.

Se concordamos que a aprendizagem efetiva realizada pelos alunos não é a repetição mecânica de enunciados por parte dos seus professores, igualmente devemos concordar que não serão somente eventos como conferências e palestras que assegurarão aos professores a vivência íntima dos princípios que deverão presidir as suas práticas na escola. Antes, será necessário que eles vivenciem concretamente a aplicação de tais princípios, que lhes seja dado o tempo necessário de maturação dos mesmos princípios e que lhes seja solicitado que observem, investiguem, analisem e avaliem a

própria prática para, então, concluir pelas melhores opções, levando em conta a aprendizagem dos alunos.

E ainda, se concordamos que a aprendizagem de nossos alunos só é significativa quando referida ao mundo em que vivem e às relações que com esse mundo estabelecem, havemos de concordar, igualmente, que a formação do professor é mais eficaz quando referida à realidade com que ele se defronta cotidianamente na escola em que atua. Enfim, se desejamos - formar cidadãos conscientes, críticos, ativos e participativos, então necessitamos de alunos que sejam conscientes, críticos, ativos e participativos. E se desejamos alunos assim, necessitamos de professores que assim o sejam.

Esses são os pressupostos em que o Ministério da Educação se baseou para produzir um conjunto de materiais e coordenar ações de apoio a professores de todas as escolas de ensino médio do país.

Desenho das Ações

Essas ações e materiais visam a atender necessidades específicas das diferentes etapas da implementação das mudanças nas escolas:

- Difusão geral de princípios, conceitos e políticas;
- Apropriação inicial de princípios e conceitos;
- Formação continuada em desenvolvimento curricular;
- Capacitação em necessidades específicas;
- Ampliação cultural.

Difusão

Desde o início, as discussões, reflexões e decisões a respeito do novo ensino médio brasileiro foram abertas à participação dos interessados. Para isso, foram realizados diversos eventos, presenciais ou a distância, que colocaram materiais informativos sobre o tema à disposição das escolas. Reuniões técnicas com equipes das Secretarias de Educação, seminários nacionais, regionais e estaduais, vídeos, teleconferências e programas televisivos veiculados pela TV Escola (Salto para o Futuro e Ensino Legal) foram parte de uma extensa agenda de eventos.

Desse conjunto, destaca-se a distribuição bimestral do Boletim do Ensino Médio, com textos para estudo e divulgação de experiências de escolas, e a produção e veiculação de materiais televisivos. O Ministério da Educação produziu, em parcerias, um total aproximado de 100 horas de vídeo, direcionadas à difusão do novo ensino médio, visando a atingir as equipes técnicas das Secretarias de Educação, diretores e professores de ensino médio e até alunos e pais. Todo esse material constitui rica ferramenta para ações de sensibilização, mobilização e estudo dos diversos agentes envolvidos na implementação da reforma.

Apropriação Inicial

Uma vez cumprida a etapa inicial de sensibilização, mobilização e difusão geral da reforma, foi necessário avançar no desenvolvimento de um trabalho mais sistemático. Foram realizadas três grandes ações para embasar essa nova etapa:

- distribuição de exemplares dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio a todas as Secretarias de Educação e escolas de ensino médio;
- oferta ,de um curso presencial em desenvolvimento curricular, de 40 horas, a 7 técnicos de cada uma das Secretarias Estaduais de Educação;
- oferta de um curso presencial de formação de multiplicadores, de 40 horas, para aplicação dos Parâmetros em Ação - Ensino Médio, nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias a professores de todo o país.

Formação Continuada

Para apoiar os processos de formação continuada dos professores e gestores do ensino médio, a parceria SEMTEC/SEED está produzindo e veiculando três séries de programas na TV Escola:

- Como Fazer? e Acervo são voltadas para a formação continuada dos professores no que diz respeito à atualização, de forma prática, de conteúdos de suas disciplinas e à adoção de novas metodologias, recursos e estratégias, a fim de propiciar uma aprendizagem mais significativa pelos alunos. O foco dessas duas séries é a gestão do currículo e da aprendizagem, ou seja, o efetivo trabalho docente com seus alunos.
- Como Fazer a Escola? visa a apoiar as reflexões dos gestores e das equipes de professores, na busca de soluções negociadas para as problemáticas que afligem as escolas de ensino médio no seu dia-a-dia. O foco dessa série é a construção do projeto escolar como um todo, apoiando as escolas na adoção de estratégias de sobrevivência.

A grande vantagem dessa programação é contar com a participação de profissionais que conhecem de perto a realidade escolar e oferecem sugestões de atividades para a escola.

Redes de Apoio à Escola

Outra importante estratégia incentivada pela SEMTEC é a constituição de redes de apoio à escola, centradas no princípio de que semelhantes formam semelhantes, com impacto decisivo na valorização e auto-estima dos profissionais, além de contribuir para o desenvolvimento da solidariedade.

Com o objetivo de estimular as Secretarias de Educação na formação dessas redes, a SEMTEC vem promovendo encontros para apresentação de experiências inovadoras e bem-sucedidas.

O principal objetivo das redes de apoio é criar condições para que os profissionais se ajudem mutuamente, por meio da divulgação e da troca de experiências de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Essa rede de ajuda e troca de experiências deverá propiciar a superação dos desafios postos pela nova concepção curricular do ensino médio, cuja concretização não é simples, mas necessária.

Capacitação

O desenvolvimento dessas ações de difusão, apropriação inicial e formação continuada, poderá indicar necessidades específicas, decorrentes de deficiências que não podem

ser superadas pelos recursos mobilizados nessas estratégias.

Nesses casos, a SEMTEC oferece cursos e oficinas presenciais ou a distância, que atualizam os professores, quanto ao conteúdo de suas disciplinas, bem como quanto à metodologia, aos recursos didáticos e às inovações tecnológicas. Essas demandas são atendidas a partir de solicitação encaminhada pelo diretor da escola à respectiva Secretaria de Educação.

Ampliação Cultural

Prevê o acesso de professores a bens culturais, assegurando-lhes o repertório e a superfície

de aderência necessários à assimilação do novo ideário pedagógico e sua incorporação à prática docente.

Podem ser citados como exemplos de ações com esse objetivo os seguintes:

- oferta de livros, vídeos, cds, jornais e revistas aos professores ou às escolas;
- promoção de eventos, como exposições, feiras, seminários e espetáculos diversos;
- oferta de viagens, estágios, intercâmbios nacionais e internacionais;
- premiações por meio de bens culturais, como estratégias de valorização e incentivo aos profissionais e a experiências inovadoras.

Números do Ensino Médio

Beneficiários das Ações voltadas para o Ensino Médio (1999/2001)

	1999	2000	2001	TOTAL
Cursos, Eventos	443	1.079	2.761	4.283
TV Escola, ações presenciais	657	816	1.558	3.031
TV Escola, a distância	4.500	9.141	20.000	33.641
TOTAL	5.600	11.036	24.319	40.955



VII. O Desafio das Desigualdades Regionais

A maioria dos problemas enfrentados pelo ensino público em nosso país está associada à desigualdade social, fruto da extrema concentração de renda de nossa sociedade. Esses problemas tendem a se concentrar no Norte, Nordeste e alguns estados do Centro-Oeste, regiões em que o desenvolvimento econômico não tem acompanhado o crescimento que se observa no Sul e Sudeste do Brasil.

O esforço no sentido de reduzir essas desigualdades de oferta de oportunidades educacionais é um dos desafios enfrentados pelo Ministério da Educação. A implementação do Fundef foi um passo decisivo na redução dessas desigualdades. Outro passo importante foi o desenvolvimento do Fundescola.

Nossa Resposta - Fundescola

O Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola - é um programa do Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Ensino Fundamental, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujo foco é a aprendizagem do aluno. Financiado com recursos do Governo Federal e de empréstimos do Banco Mundial, o programa é implantado principalmente em zonas de atendimento prioritário formadas

por microrregiões com municípios mais populosos definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Objetivos do Fundescola

O Fundescola tem por objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A missão do programa é incrementar o desempenho dos sistemas de ensino público, fortalecendo as escolas, a capacidade técnica das secretarias de educação e a participação social na vida escolar.

O programa tem como estratégias aperfeiçoar o trabalho, elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais, melhorar as condições de ensino e estimular o acompanhamento dos pais na aprendizagem de seus filhos.

A atuação do Fundescola também visa ao desenvolvimento institucional das Secretarias de Educação para que tenham o foco de suas ações na escola. A busca do apoio público ao desenvolvimento centrado na escola é um ingrediente essencial para assegurar o clima político e os recursos para a sustentação e a expansão do processo de desenvolvimento da educação.

Gradativamente, a responsabilidade pelas ações e programas desenvolvidos pelo Fundescola vai sendo transferida aos estados e municípios, respeitando as necessidades e características de cada local.

Principais Ações do Fundescola

As principais ações desenvolvidas são: Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar), na zona urbana, e Escola Ativa, nas zonas rurais. Embora cada uma dessas ações tenha um desenho próprio, todas elas incluem o desenvolvimento profissional entre suas estratégias.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

Para aperfeiçoar a gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, o Fundescola estimula a elaboração do **Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)**. Ao prepará-lo, a escola aponta seus objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados. Com o PDE, a escola faz um diagnóstico de sua situação, define seus valores e sua missão. Recebem recursos financeiros e apoio técnico para elaborar o PDE as escolas que tenham a partir de 200 alunos, organizem unidades executoras, disponham de condições mínimas de funcionamento e possuam liderança forte.

Após elaborarem o **PDE**, as escolas selecionam metas e ações que consideram essenciais para a melhoria da aprendizagem dos alunos e que poderão ser financiadas pelo Fundescola, as quais deverão ser descritas no **Projeto de Melhoria da Escola (PME)**.

Dentre essas ações destacam-se as propostas de formação continuada de professores que são desenvolvidas por iniciativa das próprias escolas, responsáveis pela seleção das agências que irão prestar os serviços e pelo detalhamento dos cursos a serem oferecidos.

Além de permitir um direcionamento das ações às reais necessidades de cada escola, esse procedimento descentralizado favorece o desenvolvimento da autonomia da escola, um dos objetivos do programa.

Números do PDE - 1998/2001

Considerando apenas as ações de capacitação realizadas pelas escolas, incluídas nos PME e financiadas pelo Fundescola, temos os seguintes números:

Beneficiários do PDE/PME - 1999/2001

Região	Escolas	Professores	Alunos (estim.)
Centro-Oeste	1.010	20.422	571.816
Nordeste	1.382	30.072	842.016
Norte	996	17.446	488.488
Total	3.388	67.940	1.902.320

Avaliações do PDE

O INEP vem conduzindo uma pesquisa longitudinal, que acompanha turmas de alunos desde a 4a. série, numa amostra de escolas urbanas beneficiadas pelo PDE, com o objetivo de avaliar o impacto das intervenções desse programa na gestão escolar e na aprendizagem dos alunos.

Os primeiros resultados mostram que a grande maioria das escolas tiveram uma significativa melhora em seu funcionamento, com efeitos na aprendizagem dos alunos. Depoimentos de participantes, nos diferentes níveis - coordenadores do programa nas

Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, diretores de escolas, professores, alunos e pais de alunos - atestam uma mudança no clima da escola como um todo, no sentido de aumentar o compromisso de todos com a aprendizagem dos alunos.

Além disso, depoimentos colhidos por especialistas junto aos participantes demonstram um elevado grau de adesão dos técnicos, educadores, pais e alunos às propostas do PDE. Indicador dessa aceitação é o fato de muitos sistemas terem decidido expandir a implantação do programa a outras escolas, sem financiamento do Fundescola.

Escola Ativa

Implantado em escolas rurais com classes multisseriadas (de 1ª a 4ª séries), o Escola Ativa é uma estratégia de ensino para combater a repetência e a evasão. A experiência reúne auto-aprendizagem, trabalho em grupo, ensino por meio de módulos, livros didáticos especiais, participação da comunidade, capacitação e reciclagem permanentes dos professores e acompanhamento constante de alunos e docentes.

Números da Escola Ativa

Todos os professores das escolas incluídas no programa participaram de atividades de desenvolvimento profissional.

Avaliações da Escola Ativa

Um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, com apoio de especialistas da London School of Economics and Political Science, registra os principais impactos da metodologia adotada na melhoria dos resultados encontrados entre as escolas incluídas no programa.

Dentre os pontos fortes desta ação destaca-se o próprio material e as inovações que ele introduz na sala de aula, levando a um maior envolvimento de alunos e professores com o processo de aprendizagem. Os recursos humanos e as instituições participantes demonstraram um crescimento na conquista de autonomia, o que permite confiar na sustentação dos pressupostos da Escola Ativa. A comunicação com as famílias dos alunos também provou ser um aspecto fundamental para assegurar a adesão dos parceiros às propostas do programa.

O compromisso assumido pelos professores selecionados e treinados, para que permaneçam nas escolas beneficiadas pelo programa, tem permitido manter uma equipe mais qualificada e experiente trabalhando em sala de aula, o que certamente irá trazer melhorias no desempenho dos alunos.

Beneficiários do Escola Ativa -1999/2001

Região	Municípios	Escolas	Professores	Alunos (estim.)
Centro-Oeste	52	398	505	9.221
Nordeste	215	732	1.259	51.892
Norte	107	964	1.447	35.008
Total	374	2.094	3.211	96.121

GESTAR - Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar

O Gestar oferece formação continuada em Português e Matemática a professores de escolas incluídas no PDE, segundo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Durante a execução do programa, o conjunto de atividades dos cursistas inclui períodos de análise pedagógica dos resultados da avaliação diagnóstica dos seus alunos que subsidia o planejamento do ensino e a organização do reforço da aprendizagem escolar, bem como a realização de oficinas de estudo que iluminam todas essas ações por meio de estudos e reflexões sobre a prática do professor.

Números do Gestar

A participação das escolas no Gestar se dá por adesão e a receptividade ao programa tem sido muito alta.

Resultados do Gestar

Os professores que participam das ações de desenvolvimento oferecidas pelo Gestar avaliam positivamente a experiência, conforme depoimentos prestados a consultores externos, durante pesquisa para avaliação desta etapa. A frequência e o entusiasmo com que participam dos momentos presenciais indicam que seu interesse é maior que as dificuldades para conciliar horários de trabalho e estudo.

Segundo eles, o programa facilita a prática, ao abrir um mundo de opções, oferecendo oportunidades de criar novas estratégias a partir da realidade dos alunos.

As conclusões são que o currículo da formação continuada do professor deve ser estabelecido a partir das habilidades esperadas dos-alunos e que uma análise dos resultados da avaliação dos alunos constitui a força motriz para a melhoria das práticas em sala de aula.

Beneficiários do Gestar (2001/2002)

Escolas	Professores	Alunos (estim.)
385	5.492	120.000

VIII. O Desafio das Novas Tecnologias

Segundo especialistas, a tecnologia educacional permite atalhos para que países em desenvolvimento acelerem o passo para o desenvolvimento.

Além disso, a tecnologia aplicada no processo de ensino/aprendizagem contribui para diminuir diferenças sociais e regionais. Meios de comunicação a distância permitem que regiões menos desenvolvidas tenham acesso a metodologias de ensino ultramodernas. Trabalhos de equipe, construção independente do conhecimento, processos de educação permanente e acesso à Internet podem ser mais rapidamente implementados pela introdução de equipamentos educacionais como televisores, vídeo, computadores e outros.

No entanto, mais do que a aquisição de equipamentos, a preocupação dos educadores deve centrar-se nas mudanças necessárias de mentalidade, que são pré-requisitos para o êxito na utilização da tecnologia moderna em educação.

O encontro da maioria da população brasileira com a modernidade requer a aquisição de equipamentos e, principalmente, a preparação da comunidade educacional para tirar máximo proveito de seu uso.

Nossa Resposta - TV Escola

TV Escola é um programa de ensino a distância que contempla o tripé em que devem estar apoiados todos os programas

que envolvem novas tecnologias: equipamentos, programação e preparação dos recursos humanos para operar aqueles e otimizar os efeitos desta.

Todas as escolas públicas de Educação Básica (ensino fundamental e médio) que, em 1995, tinham mais de 100 alunos receberam o chamado kit tecnológico, composto de televisão, videocassete, antena parabólica, receptor de satélite e 10 fitas de vídeo. Além dessas escolas - que abrigam cerca de 85% dos alunos da rede pública -, foram beneficiadas as instituições de ensino superior que oferecem cursos de formação de professores, os Núcleos de Tecnologia Educacional do ProInfo e as Agências Formadoras do Proformação.

Na grade de programação, que inclui programas adquiridos no mercado internacional e produções próprias, destaca-se o *Salto para o Futuro*, programa ao vivo destinado aos professores; *Vendo e Aprendendo*, com sugestões de atividades interdisciplinares e transversais; programas de apoio às áreas dos Parâmetros Curriculares Nacionais; Escola Aberta, direcionado à comunidade e que vai ao ar nos finais de semana; além daqueles dedicados ao Ensino Médio - Como Fazer?, Ensino Legal e Acervo.

A capacitação para utilização do *TV Escola* partiu, em 1996, da preocupação em familiarizar os professores com o manuseio dos equipamentos. A partir de 2000, entretanto, a ênfase recaiu sobre a exploração pedagógica de todos os recursos do ensino a distância - impressos, computadores e os programas de tevê -, com apoio da própria mídia, mediante curso *TV Escola* e os *Desafios de Hoje*.

Assim, pode-se considerar que a *TV Escola* contribui para o desenvolvimento profissional por dois caminhos: se a utilização dos programas em sala de aula amplia o repertório de alunos e professores, parte da programação é especialmente voltada para o aprimoramento pedagógico dos professores.

Objetivos da TV Escola

Os principais objetivos da *TV Escola* são o aperfeiçoamento e a valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino.

Para alcançar esses objetivos, a *TV Escola* apóia-se nos seguintes princípios:

- a tecnologia não como um fim em si mesma, mas a serviço da educação;
- respeito à autonomia de estados e universidades;
- pluralidade das propostas pedagógicas;
- convergência das diferentes mídias, de forma a alcançar uma população heterogênea;
- promoção de atitudes de auto-organização e independência que favoreçam uma formação contínua.

Estrutura da Parceria

Governo Federal - a estrutura da *TV Escola* baseia-se na equipe técnica do Ministério da Educação e um grupo de 27 coordenadores estaduais. Esta instância é responsável pelo planejamento, produção, seleção e aquisição de programas, além do monitoramento das atividades desenvolvidas pelas outras esferas. Compete ainda ao Ministério da Educação

supervisionar todas as etapas da realização do curso de extensão produzido em parceria com a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), o *TV na Escola* e *Os Desafios de Hoje*.

Estados - as Secretarias Estaduais de Educação organizam a recepção dos programas, acompanham as atividades desenvolvidas nas escolas estaduais, emitem certificados aos professores que cumprirem as condições estabelecidas, diretamente ou em parceria com as agências encarregadas dos cursos. A capacitação para uso dos equipamentos também é executada por este nível, pelos multiplicadores treinados pelo Ministério da Educação.

Desenho do TV Escola

Atualmente, a *TV Escola* dispõe de 14 horas diárias de programação, além de uma linha editorial de apoio às propostas da tevê.

A cada mês, as escolas recebem um cartaz com a grade de programação do mês seguinte. Assim elas podem escolher os programas de interesse de cada professor e o horário mais conveniente para gravação desses programas.

As emissões, via satélite, são feitas rigorosamente segundo o planejado. Cabe às escolas proceder à gravação, identificar e catalogar a fita com o programa - e utilizá-la de acordo com seu projeto pedagógico, quantas vezes desejar.

O material impresso - Revista da *TV Escola*, Guia de Programação, Cadernos da *TV Escola*, Estudos, cartazes de divulgação e cartazes com a Grade de Programação - é distribuído pelo

Ministério da Educação diretamente às escolas beneficiadas com o kit tecnológico.

Como o público recebe e utiliza os insumos gerados pela TV Escola?

A resposta a essa questão exige a coleta e processamento de informações com agilidade e precisão. Além do acompanhamento feito pelas Secretarias de Educação, o Ministério da Educação iniciou, em 2000, a implantação de um sistema de monitoramento que deverá fundamentar cada vez mais o processo de tomada de decisões em informações atualizadas do campo.

Números do TV Escola

A contribuição mais expressiva dos processos de educação a distância é a significativa ampliação do público beneficiado por essas ações. Estes recursos tornam possível não só atender a um grande número de interessados, como reduzem os custos do atendimento a públicos localizados em regiões de difícil acesso e demograficamente rarefeitas.

A distribuição dos equipamentos mostra a amplitude desse atendimento.

Beneficiários do kit tecnológico

Municípios	Escolas	Professores	Alunos (estimativa)
5.206	57.395	1.091.661	28.965.896

Sem dúvida, com isso está assegurada a oportunidade de acesso à programação da TV Escola. Mas isso não é tudo. Para alcançar os objetivos, é fundamental que a programação oferecida corresponda ao interesse do público-alvo. Os dados a seguir

mostram uma sintonia entre a oferta e a demanda.

Professores capacitados com o Salto para o Futuro

Período	Professores
95/2000	1.135.999

Pode-se observar uma mudança na reação dos educadores, ao longo destes anos de oferta da educação a distância às escolas públicas, no sentido de absorver melhor a nova linguagem e aumentar as exigências nesse campo. O lançamento do curso de extensão para melhor aproveitamento das novas tecnologias em educação configura um marco nessa evolução, pelo significativo número de interessados que se inscreveram. Se, no primeiro momento, não foi possível atender à maioria dos candidatos, essa resposta do público obriga a um redimensionamento da oferta, para não frustrar expectativas criadas pela própria TV Escola.

TV na Escola e os desafios de hoje - inscrições e matrículas

Ano	Inscritos	Matriculados
2001	250.000	34.000

Avaliações da TV Escola

Para atingir seus objetivos, a TV Escola propõe um processo de avaliação permanente. Diferentes instituições, com distintos enfoques e abordagens, têm coletado informações que visam apontar caminhos para tornar a programação mais útil para os professores, mais atraente para os alunos e integrada ao cotidiano da escola.

IX. O Desafio da Informática



Incluir a população do sistema público de Educação Básica - alunos, professores, diretores - na era digital é um desafio que não pode mais ser postergado.

O mundo passa por uma mudança dramática. O avanço da informática introduziu uma nova linguagem em que termos como e-mail, Internet, links, hipertexto e outros passaram a fazer parte do dia-a-dia de todos os cidadãos, independente de renda e posição social. Os que não dominam esse esperanto pós-moderno são chamados de analfabetos digitais. Mais um processo de exclusão recai sobre os desapropriados de capital social, cultural e, agora, digital.

A escola brasileira deve responder simultaneamente às exigências de padrões mínimos de funcionamento em grande número de suas unidades e ao desafio de acompanhar a escalada da tecnologia, sob o risco de perder o bonde da história. Mais uma vez.

Nossa Resposta - ProInfo

O Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo - permite aos professores e alunos da rede pública o acesso a telemática, ferramenta para a modernização e melhoria da qualidade do ensino. Desenvolvido em parceria com os estados e municípios, tem como peça-chave para o sucesso a capacitação de recursos humanos, de modo especial os professores, que são preparados em dois níveis: o dos multiplicadores e o das escolas.

Objetivos do ProInfo

O objetivo do programa é integrar-se aos esforços das Secretarias Estaduais de Educação no sentido de:

- avançar na qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- possibilitar a criação de uma ecologia cognitiva nos ambientes escolares, mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação;
- propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- educar para uma cidadania global em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida;
- capacitar professores para usar a tecnologia de uma forma pedagógica.

Trata-se de um programa governamental destinado a introduzir a tecnologia na escola pública, seja ela municipal, seja estadual. Nós não temos um programa de informática, mas sim, um programa de educação voltado para a capacitação de recursos humanos. Não somos compradores de equipamentos ou

representantes de qualquer empresa. O que fazemos é:

Estrutura da Parceria

Governo Federal - órgão de apoio e agente estimulador, por meio da Secretária de Ensino a Distância/ProInfo, oferece suporte aos Núcleos e às escolas atendidas pelo ProInfo por meio do CETE - Centro de Experimentação de Tecnologias Educacionais, instalado em Brasília, avalia os projetos encaminhados pelas Secretarias Estaduais de Educação. Elabora as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos, com a orientação de uma equipe de consultores nacionais e internacionais.

Estados - definição de critérios, em parceria com o Ministério da Educação, e escolha das escolas a serem beneficiadas pelo programa. As configurações técnicas das instalações são

definidas pelos estados a partir de um rol de possibilidades estabelecidas pelos consultores técnicos do Ministério da Educação.

Desenho do ProInfo

As diretrizes do programa são traçadas pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais. Existe uma cota estadual de 100 mil computadores, meta a ser cumprida até 31/12/2002. Dentro desta cota os Estados escolhem, por um processo seletivo da competência deles, as escolas que serão atendidas.

Uma vez selecionadas pelos Estados, por Comissões Estaduais *ad hoc*, as escolas que devem participar do programa, seus projetos são encaminhados para avaliação pelo ProInfo. Os projetos aprovados recebem equipamentos e apoio técnico do Ministério da Educação/SEED.



Números do ProInfo

O ProInfo já foi implantado em 1.749 municípios, em todas unidades federadas,

beneficiando milhões de alunos. Os cursos oferecidos pelos 259 NTEs multiplicam-se rapidamente, tendo alcançado os seguintes valores:

NÚMEROS CONSOLIDADOS DO PROINFO POR REGIÃO:⁽¹⁾

REGIÕES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	AGF	NTE	MICROS	10. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
						PROFESSORES MULTIPLICADORES	GESTORES	PROFESSORES	TÉCNICOS	TOTAL RH CAPACITADOS
Centro-Oeste	160	311	29	27	4.625	140		4.724	48	4.912
Nordeste	416	1.019	104	81	15.327	600		16.311	122	17.033
Norte	95	306	22	24	4.580	167	332	5.657	84	6.240
Sudeste	707	1.927		87	16.654	332		77.723	614	78.669
Sul	371	841		39	10.037	236	109	6.069	14	6.428
Brasil (atendimento concluído)	1.749	4.404	155	258	50.838	1.475	441	110.484	882	113.282
Brasil (atendimento a ser concluído até dezembro/2002)	30 ⁽²⁾	200 ⁽²⁾		3	2.780	640	3.500		6.905	11.045
Brasil (totais)	1.779⁽²⁾	4.604⁽²⁾	155	261	53.618	2.115	3.941	110.484	7.787	124.327

¹ Dados de setembro/2002

² Valores estimados

Desenvolvimento de Professores do ProInfo

Municípios	Escolas	Multiplicadores	Professores	Alunos (est.)
1.025	2.477	1.419	58.640	100.000

Avaliação do ProInfo

O acompanhamento e a avaliação do Programa, atualmente em fase de implantação, produzirão subsídios para garantir sua continuidade e aperfeiçoamento. A implementação do

sistema de avaliação formativa baseia-se em metodologia desenvolvida a partir de reuniões técnicas que contaram com a participação de especialistas da Universidade de Londres, da Universidade de Brasília, além das equipes do Ministério da Educação/INEP.

Bibliografia

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A Universalização do Ensino Fundamental no Brasil. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fatos sobre a Educação do Brasil, de 1994 a 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDESCOLA. Escola Ativa - Capacitação de Professores. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDESCOLA/SEED. Proformação - Manual do Tutor, 3a. edição. Brasília, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - Relatório Pedagógico 200LBrasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP Perfil do Magistério da Educação Básica - Censo do Professor, Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED. Conferência pronunciada por Pedro Paulo Poppovic no King's College da Universidade de Londres, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED. O Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo (www.mec.gov.br)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED e UniRede. TV na Escola e os Desafios de Hoje - Módulo 1. 2a. edição. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED e UniRede. TV na Escola e os Desafios de Hoje - Módulo 2. 2a. edição. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED e UniRede. TV na Escola e os Desafios de Hoje - Módulo 3. 2a. edição. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEED e UniRede. TV na Escola e os Desafios de Hoje - Guia do Curso. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. A Natureza da Assessoria no Programa Parâmetros em Ação. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena. Brasília, 2002

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Parâmetros em Ação - Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Parâmetros em Ação - Textos de Fundamentação. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Parâmetros em Ação, Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental - Volume I. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Parâmetros em Ação, Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental - Volume II. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Profa - Orientações Gerais. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Profa - Relatório Final. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Proformação - Avaliação externa, 3o. Relatório Parcial - Análise dos dados do Sistema de Monitoramento (Responsável: Bernardete A. Gatti). Brasília, mimeo.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola. Caderno de Apresentação. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF/FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Manual de Orientação. Brasília, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF/SED. Textos da Série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro. Brasília, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEMTEC. "Los formadores de jóvenes en América Latina en el siglo XXI: Desafios, experiencias y propuestas para su formación y capacitación". Documento apresentado no Seminário Internacional BIE/UNESCO - ANEP/CODICEN. Buenos Aires, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEMTEC. Balanço das Ações de Formação de Professores (www.mec.gov.br)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEMTEC. Desenvolvimento Profissional de Professores (www.mec.gov.br)

BRASIL. MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Avança Brasil - Mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 2002.

Expediente

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Fundamental

Iara Gloria Areias Piado

Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Raul David do Valle Junior

Secretaria de Educação Superior

Francisco César de Sá Barreto

Secretaria de Educação Especial

Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância

Pedro Paulo Poppovic

Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola

Antonio Floriano Pereira Pesaro

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Mônica Messenberg

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

João Batista Gomes Neto

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes

.Abílio Baeta Neves

Coordenação do Projeto

Sergio Tiezzi

Consultora

Lia Rosemberg

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco "L"

70047-900 - Brasília - DF - Brasil

<http://www.mec.gov.br>

Supervisão

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação

J W Thompson Publicidade **Ltda.**

Projeto Gráfico

Laerte Agnelli

Editoração

Companhia do Traço

Fotolito

Lítokromia

Impressão e acabamento

Kriativa

Produzido em papel Reciclado da C ia Sazano • Papel offset 100% reciclado produzindo em escala industrial no Brasil, feito a partir de aparas pré-co

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)